

SEÇÃO VIII

Mercado de trabalho

Sumário

Este cenário de lenta desaceleração da taxa de desemprego e leve expansão da ocupação e dos rendimentos mostra-se compatível com a trajetória de recuperação moderada da economia brasileira. Após iniciar o ano de 2018 com claros sinais de dinamismo, crescendo a 2,0% em termos interanuais, o crescimento da população ocupada desacelerou-se, de modo que, no trimestre móvel, encerrado em janeiro deste ano, o crescimento observado foi de 0,9%. Na desagregação por idade, o comportamento da ocupação foi ainda pior no segmento dos mais jovens (18 a 24 anos), com retração de 1,3% no período. Como consequência dessa baixa expansão da população ocupada, a taxa de desocupação dessazonalizada manteve-se praticamente estável na comparação entre janeiro de 2018 e de 2019, com queda de apenas 0,2 p.p. – de 12,2% para 12,0%.

Não obstante essa perda de dinamismo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) revela que, além de fraco, o aumento da ocupação aconteceu, basicamente, nos setores informais da economia. De fato, o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), que indica um desempenho um pouco melhor do mercado de trabalho, mostra que o ritmo de criação de novas vagas formais vem perdendo fôlego nos últimos meses, combinado uma estabilidade do número de contratações e um aumento das demissões. Adicionalmente, nota-se que quase um quarto dos empregos formais criados (de acordo com o Caged) foram baseados em contratos de trabalho parciais ou intermitentes. Ainda dentro deste contexto, os dados de desalento e subocupação ajudam a corroborar o atual estado ainda ruim do mercado de trabalho. Em janeiro, na comparação interanual, o número de desalentados e subocupados registrou alta de 6,7% e 7,3%, respectivamente. Desta forma, a taxa combinada de desocupação e subocupação chegou a 18,5%, 0,03 p.p. maior que em janeiro de 2018.

Essa lenta recuperação do mercado de trabalho – traduzida na manutenção de uma taxa de desemprego alta e persistente, principalmente entre os menos escolarizados – vem gerando aumento no número de domicílios que declararam não possuir renda de trabalho e nos domicílios de renda de trabalho muito baixa. Enquanto, no quarto trimestre de 2017, em 21,5% dos domicílios pesquisados pela Pnad Contínua não havia nenhum membro desempenhando uma atividade remunerada no mercado de trabalho, no último trimestre de 2018, essa porcentagem avançou para 22,2% – antes da recessão, no final de 2013, era de 18,6%. No caso dos domicílios de renda baixa, esta parcela passou de 29,8% para 30,1%, na mesma base de comparação – era 27,5% no último trimestre de 2013. Ainda dentro deste contexto, os

Maria Andreia Parente Lameiras
Técnica de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br

Sandro Sacchet de Carvalho
Técnico de Planejamento e Pesquisa da
Dimac do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Carlos Henrique L. Corseuil
Técnico de Planejamento e Pesquisa da
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
(Disoc) do Ipea

carlos.corseuil@ipea.gov.br

dados desagregados de rendimentos (deflacionados pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda) mostram que vem crescendo a desigualdade salarial entre os segmentos pesquisados, como evidenciado pelo desempenho do índice de Gini no ano passado. No quarto trimestre de 2014, a média da renda domiciliar do trabalho para a faixa de renda alta era 27,8 vezes maior que a média da renda da faixa de renda muito baixa. Já no último trimestre de 2018, a média da renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior.

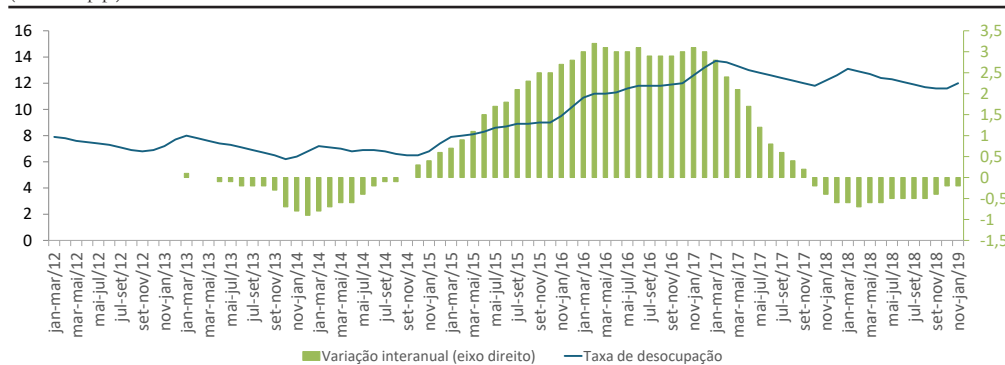
Para o restante do ano, a expectativa é de manutenção da recuperação gradual do emprego e da renda média. Apesar da expectativa de aceleração da atividade econômica para o segundo semestre, devido à esperada aprovação da reforma previdenciária, pouco alterada pelo Congresso, os efeitos sobre o mercado de trabalho só devem surgir com mais intensidade no fim de 2019 e ao longo de 2020.

1 Aspectos gerais

Os dados mais recentes mostram que, após ensaiar uma recuperação mais acentuada ao longo do primeiro semestre de 2018, o mercado de trabalho brasileiro voltou a apresentar um cenário de baixo dinamismo, caracterizado pela estabilidade da taxa de desemprego em patamar elevado e pela leve expansão da ocupação e da renda. Estes resultados pouco satisfatórios, entretanto, não chegam a surpreender, tendo em vista que são compatíveis com a lenta trajetória de retomada da economia brasileira.

De acordo com os resultados da Pnad Contínua, observa-se que a queda da taxa de desocupação vem perdendo fôlego nos últimos meses (gráfico 1). No trimestre móvel encerrado em janeiro, a taxa de desemprego (12%) recuou apenas 0,2 p.p. na comparação interanual, evidenciando uma desaceleração bem mais modesta que as apontadas ao longo dos primeiros trimestres de 2018 (-0,6 p.p., em média). Esse movimento de acomodação do desemprego em nível elevado é corroborado pela análise dos dados dessazonalizados (gráfico 2). Em janeiro, a taxa de desocupação manteve-se em 12,3% pelo segundo trimestre consecutivo, indicando que ao longo dos dois últimos anos a retração do desemprego foi de apenas 0,8 p.p.

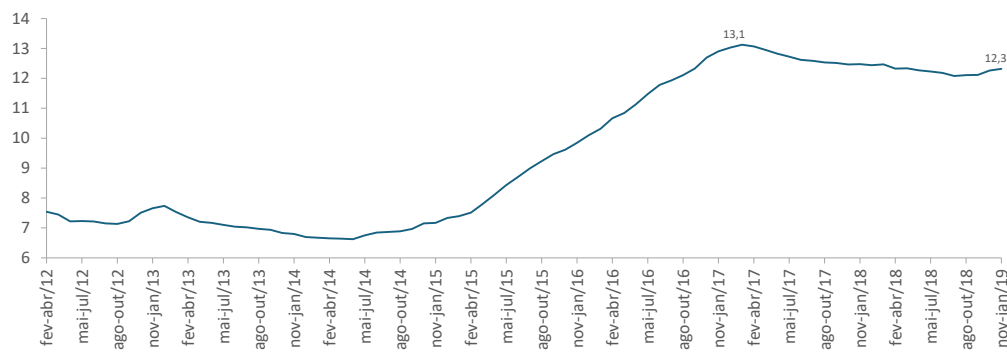
GRÁFICO 1
Taxa de desocupação - Nível e variação interanual
(Em % e p.p.)



Fonte: IBGE/Pnade.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 2

Taxa de desocupação Dessazonalizada
(Em %)

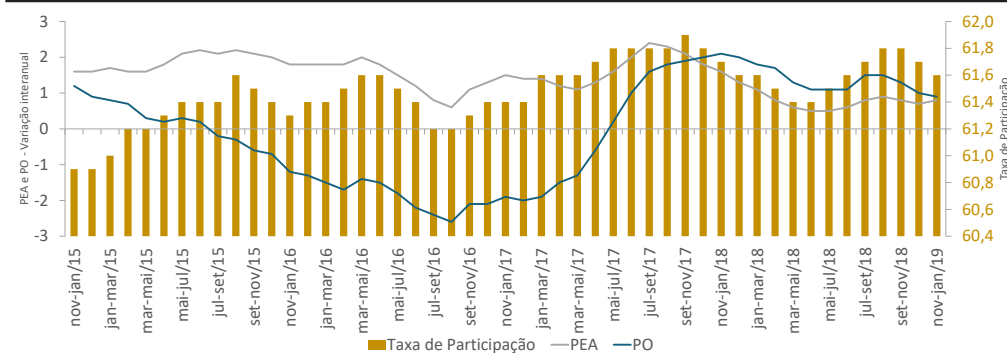


Fonte: IBGE/Pnadc.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Não obstante o fato de que esta perda de dinamismo no ritmo de queda do desemprego está associada a uma leve aceleração da taxa de crescimento da população economicamente ativa (PEA), consta-se que a velocidade de expansão da população ocupada (PO) vem se reduzindo sistematicamente (gráfico 3). Ao longo dos últimos trimestres, enquanto a força de trabalho vem apresentando, na comparação interanual, incrementos da ordem de 0,8%, a ocupação registra uma desaceleração no seu padrão de crescimento. Em janeiro, a população ocupada avançou 0,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo-se bem abaixo dos patamares próximos a 2% registrados no início de 2018, e atingindo o pior resultado, neste tipo de comparação, desde o trimestre encerrado em julho de 2017. De modo semelhante, os dados dessazonalizados (gráfico 4) reforçam esta trajetória de acomodação da população ocupada nos dois últimos trimestres.

GRÁFICO 3

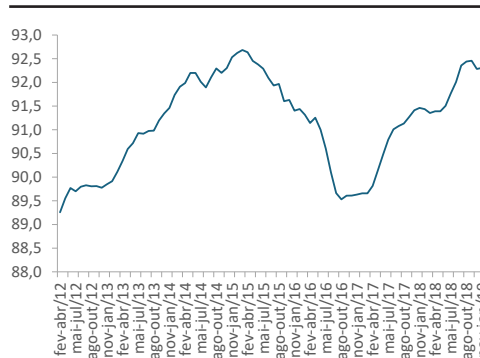
Taxa de participação, PEA e PO
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnadc.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Esse processo de lenta recuperação da ocupação vem impedindo um recuo mais significativo da população desocupada, consolidando um cenário de desemprego alto e persistente. Dessa forma, há atualmente, no país, um contingente de 12,7 milhões de pessoas desocupadas, cujo tempo de permanência no desemprego vem crescendo sistematicamente. De acordo com os dados da Pnad Contínua, no último trimestre de 2018, 26% dos desempregados estavam procurando uma ocupação há mais de dois anos (gráfico 5). Consequentemente, no último trimestre do ano passado, 48% dos desocupados se mantiveram nesta situação durante todo o período, o que significa um aumento de 15 p.p. em relação ao observado no ponto mais baixo da série (33%), ocorrido no fim de 2013 (gráfico 6).

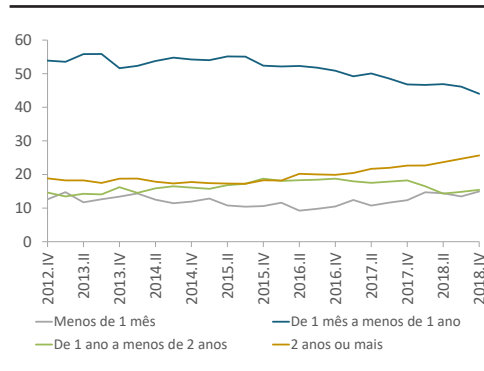
GRÁFICO 4
PNADC - População ocupada dessazonalizada
(Em Milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

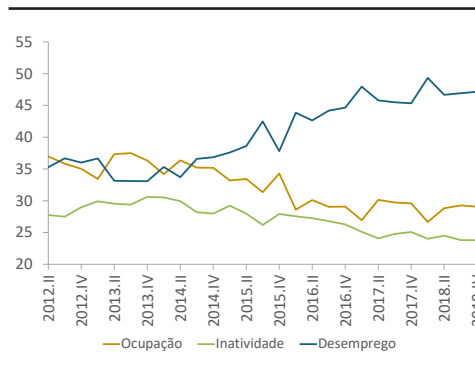


GRÁFICO 5
Proporção de trabalhadores desocupados por tempo de procura
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 6
Transição dos trabalhadores desocupados
(Em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Análise dos dados desagregados e de transição

De forma desagregada, os resultados obtidos por meio da Pnad Contínua trimestral e expostos na tabela 1 revelam que, no último trimestre de 2018, na comparação interanual, a taxa de desemprego apresentou trajetória distinta entre os segmentos pesquisados. Partindo-se do corte por região, observa-se que, enquanto o Norte e o Nordeste registraram uma aceleração da taxa de desocupação, as demais regiões apontaram recuo. No caso do Nordeste, as maiores altas vieram da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte, com incrementos de 2,4; 1,5 e 1,2 p.p., entre 2018 e 2017

(anexo A.1). Em relação ao Norte, o destaque negativo ficou por conta do desempenho de Roraima, cuja taxa de desocupação avançou pela quinta vez consecutiva, atingindo patamar de 14,0% no último trimestre de 2018, bem acima do registrado neste mesmo período de 2017 (9,4%). Em contrapartida, a região Centro-Oeste foi a que apresentou o melhor comportamento no último trimestre de 2018, beneficiada pela retração de 1,2 p.p. nas taxas de desocupação de Goiás e do Distrito Federal. A análise por gênero revela que, no último trimestre do ano, enquanto a desocupação entre as mulheres manteve-se praticamente estável (13,4% em 2017 e 13,5% em 2018), a dos homens recuou levemente, de 10,5% para 10,1%. De modo semelhante, também houve uma pequena retração nas taxas de desemprego entre os chefes de família e os residentes nas regiões metropolitanas.

TABELA 1
Taxa de desemprego
(Em %)

	2016	2017				2018			
	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	12,0	13,8	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4	11,9	11,6
Centro Oeste	10,9	12,1	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9	8,5
Nordeste	14,4	16,3	15,9	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4	14,4
Norte	12,7	14,2	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5	11,7
Sudeste	12,3	14,2	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5	12,1
Sul	7,7	9,3	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9	7,3
Masculino	10,7	12,2	11,5	11,0	10,5	11,6	11,0	10,5	10,1
Feminino	13,8	15,8	14,9	14,2	13,4	15,0	14,2	13,6	13,5
18 a 24 anos	25,9	28,8	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8	25,2
25 a 39 anos	11,2	12,8	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0	10,7
40 a 59 anos	6,9	7,9	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9	6,9
Mais de 60 anos	3,4	4,6	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5	4,0
Não de Chefe Família	16,0	18,1	17,1	16,4	15,3	17,2	16,3	15,6	15,3
Chefe de Família	7,2	8,4	7,9	7,6	7,4	8,1	7,8	7,3	7,1
Fundamental Incompleto	11,3	12,3	12,0	11,4	10,9	12,0	11,4	11,0	11,0
Fundamental Completo	13,4	15,2	15,0	14,8	13,6	14,8	13,8	13,5	13,5
Médio Incompleto	22,0	24,2	21,8	21,0	20,4	22,0	21,1	20,9	19,7
Médio Completo	13,2	15,5	14,6	14,0	13,0	14,9	14,0	13,2	12,8
Superior	7,6	9,2	8,3	7,9	7,8	8,7	8,4	7,8	7,5
Região Metropolitana	13,5	14,9	14,7	14,1	13,7	14,7	14,4	13,8	13,3
Não Região Metropolitana	10,9	12,9	11,7	11,2	10,3	11,9	10,9	10,4	10,3

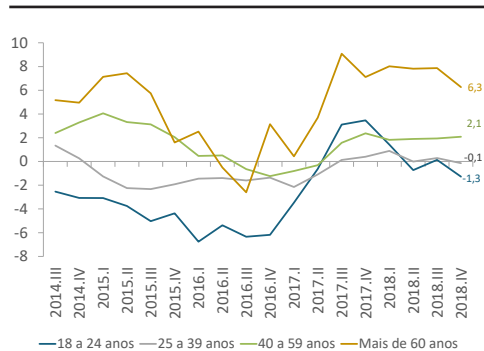
Fonte: IBGE/Pnadc.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A análise da desocupação por idade revela que, embora haja um leve recuo em todas as faixas etárias, este movimento é resultado de dinâmicas diferentes. No caso dos dois segmentos mais jovens (18 a 24 anos e 25 a 39 anos), observa-se que, em ambos os casos, a retração de 0,1 p.p. na taxa de desemprego no último trimestre de 2018, na comparação interanual, não se deu pela expansão da ocupação, como é desejável, mas sim pela queda da força de trabalho. De fato, os gráficos 7 e 8 mostram que, enquanto as populações ocupadas com idades entre 18 e 24 anos e 25 e 39 anos recuaram 1,3% e 0,1%, a PEA destes segmentos caíram 1,4% e 0,2%,

respectivamente. Já no caso das outras duas categorias, as ligeiras quedas na desocupação foram provenientes de uma expansão da ocupação em ritmo superior ao da força de trabalho, com destaque para a trajetória dos indicadores referentes à faixa etária mais alta, que continuam apresentando taxas de crescimento bem acima das demais.

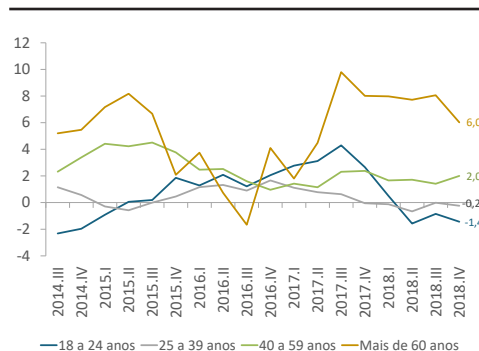
Apesar do fato de registrarem a maior taxa de desemprego e a retração mais acentuada na ocupação, a situação menos favorável dos jovens no mercado de trabalho é ratificada pelos microdados de transição. Embora, no quarto trimestre de 2018, a parcela de desocupados com idade entre 18 e 24 anos que conseguiram uma ocupação tenha se mantido estável (gráfico 9), enquanto a proporção dos ocupados que transitaram para o desemprego tenha recuado ligeiramente (gráfico 10), essa parcela da população ainda é a que possui a menor probabilidade de ser contratada, além de ter a maior chance de ser demitida.

GRÁFICO 7
População Ocupada - Por faixa etária
(Variação interanual, em %)



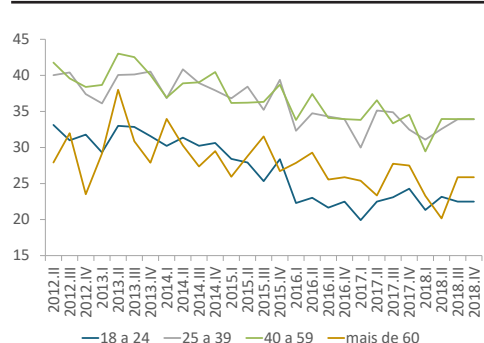
Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8
População Economicamente Ativa - Por faixa etária
(Variação interanual, em %)



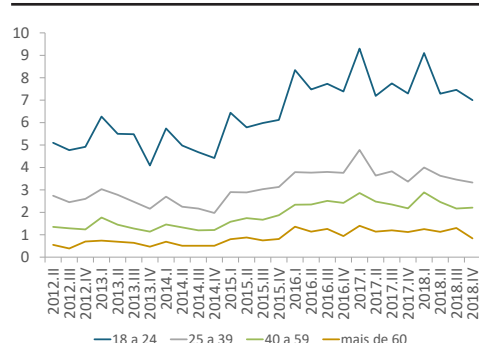
Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 9
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - Por faixa etária
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

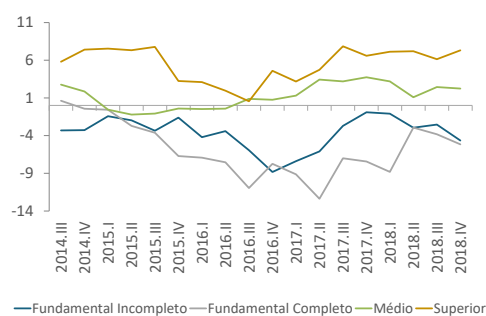
GRÁFICO 10
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - Por faixa etária
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

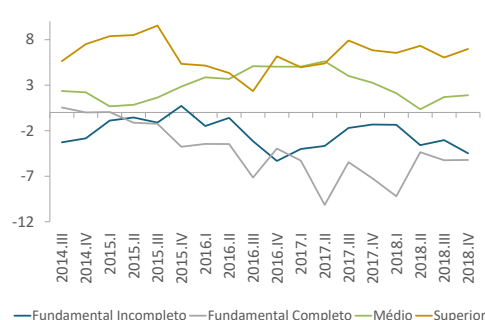
Os dados desagregados por escolaridade revelam que, no quarto trimestre de 2018, houve um avanço da taxa de desemprego nos dois segmentos de menor escolaridade e uma queda da desocupação para os demais subgrupos, com destaque para o contingente de trabalhadores com o ensino médio incompleto, cujo desemprego recuou 0,7 p.p. na comparação interanual. De acordo com os gráficos 11 e 12, nota-se que o aumento do desemprego entre os menos escolarizados só não foi mais acentuado por conta da retração da força de trabalho, tendo em vista que, pelo terceiro trimestre consecutivo, a ocupação desses dois conjuntos de trabalhadores vem recuando em termos interanuais. Em sentido oposto, a população ocupada com ensino médio e superior mantém uma trajetória de aceleração, com taxas de crescimento acima das registradas na força de trabalho, garantindo sucessivos recuos da desocupação.

GRÁFICO 11
População ocupada - Por grau de instrução
(Variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 12
População economicamente ativa - Por grau de instrução
(Variação interanual, em %)



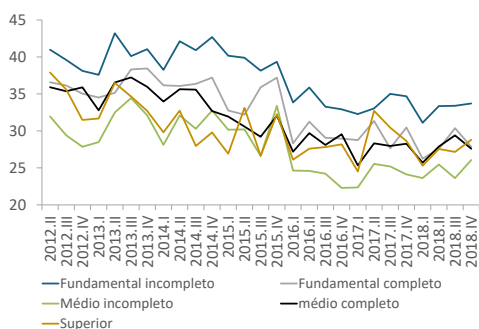
Fonte: IBGE/Pnad.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Os microdados de transição corroboram o cenário mais favorável aos trabalhadores de maior escolaridade. Segundo o gráfico 13, no último trimestre de 2018, entre todos os desocupados que conseguiram uma nova colocação, os segmentos com nível médio e superior foram os que apresentaram, relativamente, os melhores desempenhos. Na outra ponta, a análise dos ocupados que perderam seus empregos no quarto trimestre do ano passado revela que a única alta ocorreu na parcela dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto (gráfico 14). Entretanto, deve-se pontuar que esse processo de aumento da força de trabalho mais escolarizada em detrimento de uma menos escolarizada vem ocorrendo também na população em idade ativa (PIA) e reflete uma melhora no grau de instrução da população brasileira ao longo dos últimos anos, resultante não apenas de uma permanência maior no ensino fundamental e médio, mas também pelo aumento nos acessos às universidades.

GRÁFICO 13

Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação

(Por grau de instrução, em %)



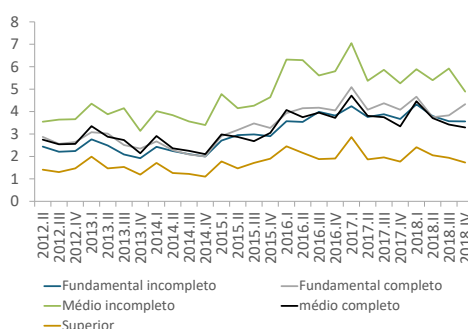
Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 14

Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego

(Por grau de instrução, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



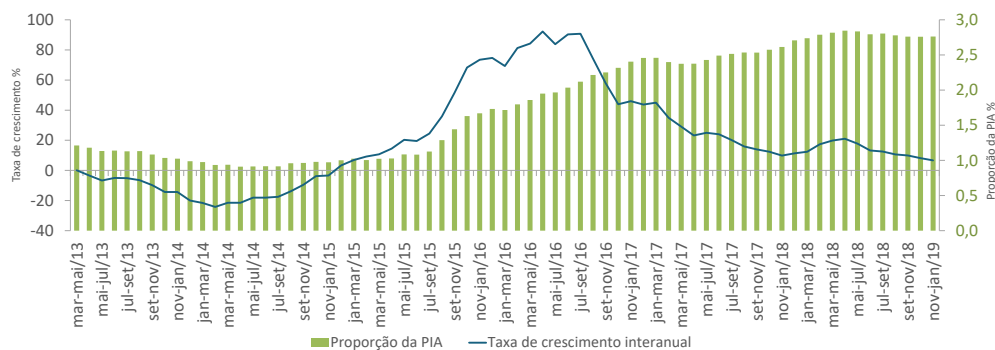
Adicionalmente a esta lenta expansão da população ocupada e seus efeitos limitadores sobre o recuo da taxa de desocupação, observa-se que, segundo os dados da Pnad Contínua, boa parte desse crescimento da ocupação ocorre no mercado informal. De acordo com o IBGE, no último trimestre móvel, encerrado em janeiro, embora a população ocupada tenha se expandido 0,9%, na comparação interanual, esta ocorreu, sobretudo, pelo aumento do contingente de trabalhadores por conta própria (3,1%) e pelos empregados no setor privado sem carteira assinada (2,9%). No caso dos trabalhadores com carteira no setor privado, os dados revelam que não só houve uma retração de 1,1% neste tipo de ocupação, mas também que esse ritmo de queda de empregos formais voltou a acelerar nos últimos dois trimestres móveis. De fato, mesmo o Caged, cujos dados mostram um desempenho melhor do mercado formal, indica que nos últimos meses o ritmo de criação de empregos com carteira vem perdendo intensidade. Nota-se ainda que uma parte considerável dos novos empregos criados, segundo o Caged, são vagas de trabalho parcial ou intermitente. De abril de 2018 a janeiro de 2019, dos 225.917 postos de trabalho gerados pela economia, 13.161 são contratos de trabalho parcial e 39.765 são contratos intermitentes, ou seja, 23% do saldo total.

Por fim, o comportamento do desalento e da subocupação ajuda a compor esse cenário de emprego pouco animador. Segundo a Pnad Contínua, a partir do início de 2015, o número de pessoas fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento¹ registra uma trajetória ascendente, embora, na margem, se verifique uma leve desaceleração. Apesar deste recuo na taxa de variação interanual, no trimestre móvel encerrado em janeiro, o desalento na economia brasileira foi 6,7% maior que o observado no mesmo período do ano anterior, atingindo 4,72 milhões de pessoas. Em relação ao total da PIA, a parcela de desalentados vem se mantendo constante, porém em níveis considerados altos, próximos a 2,8% (gráfico 15).

¹ Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: *i*) não conseguia trabalho adequado; *ii*) não tinha experiência profissional ou qualificação; *iii*) ser considerado muito jovem ou muito idoso; e *iv*) não havia trabalho na localidade.

GRÁFICO 15

Desalmentados - Taxa de crescimento interanual e Proporção em relação à PIA (Em %)



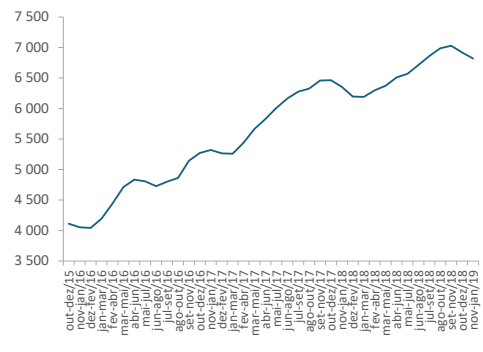
Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

No tocante à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, os dados mostram uma expansão continuada da parcela de ocupados que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais. Em janeiro de 2019, no encerramento do último trimestre móvel, 6,8 milhões de trabalhadores faziam parte desse contingente (gráfico 16), indicando uma alta de 7,3% na comparação interanual. Dessa forma, a taxa combinada de desocupação e subocupação mostrou nova aceleração, em janeiro, chegando a 18,5%, mantendo-se 0,03 p.p. acima da registrada no mesmo período de 2018 (gráfico 17).

GRÁFICO 16

População subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (Em %)

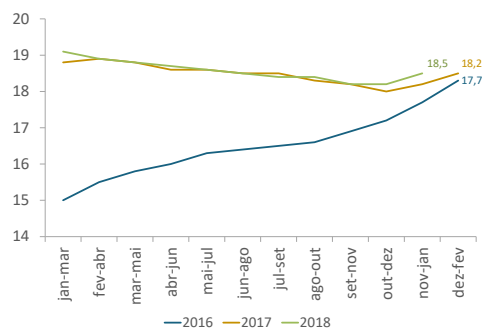


Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 17

Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Grau de formalidade

O gráfico 18 revela que as taxas de crescimento interanual da população ocupada por posição na ocupação vêm sofrendo algumas alterações importantes, que ajudam a entender a perda de intensidade em 2018 do crescimento da população ocupada mencionada anteriormente. Nesse mesmo período, há uma queda na

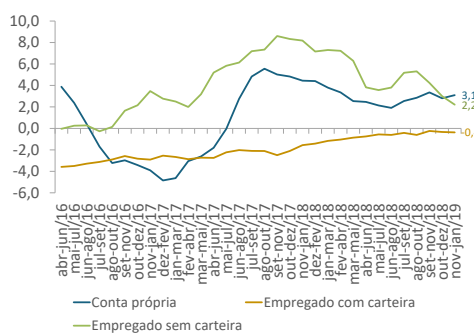
intensidade do crescimento interanual do emprego sem carteira assinada (emprego informal). A taxa de crescimento interanual desse tipo de emprego passa de 7,3% no primeiro trimestre de 2018 para 3,0% no quarto trimestre de 2018 (e 2,2% no último trimestre móvel, encerrado em janeiro de 2019).

O mesmo gráfico mostra que esse movimento na taxa de crescimento interanual do emprego sem carteira não foi acompanhado por movimentos com a mesma intensidade nas taxas de crescimento do emprego com carteira e do contingente de trabalhadores por conta própria. Logo, podemos dizer que a perda de intensidade do crescimento interanual do emprego sem carteira foi determinante para a perda de intensidade do crescimento do total de ocupados.

Em relação ao emprego com carteira assinada (emprego formal), deve-se destacar um contraste entre as taxas de crescimento registradas nos últimos dois trimestres com as que vinham sendo registradas nos últimos dois anos. Durante todo esse período, a população ocupada com carteira assinada apresentou retração. No entanto, esta retração vinha se tornando cada vez menos intensa, passando de -3,6% no segundo trimestre de 2016 para -0,4% no terceiro trimestre de 2018; o que vinha nutrendo uma esperança para se alcançar taxas positivas do crescimento interanual no início de 2019. Porém, há uma estagnação nas taxas de crescimento interanual do emprego formal em -0,4% nos dois últimos trimestres de 2018 (e também no último trimestre móvel encerrado em janeiro de 2019), de forma a postergar a expectativa mencionada e contribuir para a desaceleração registrada no agregado da população ocupada.

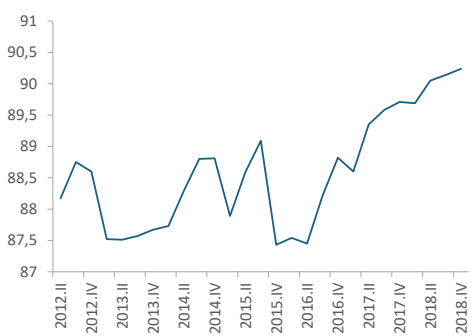
Adicionalmente, as estatísticas de transição da Pnad Contínua também corroboram essa inflexão do mercado de trabalho formal. O gráfico 19 aponta que desde 2016 vinha crescendo a porcentagem de trabalhadores formais que permanecem nessa mesma posição: 87,5% dos trabalhadores em empregos formais permaneceram nessa posição no segundo trimestre de 2016. Já no segundo trimestre de 2018, essa taxa de permanência no formal passa para 90,1%. Daí em diante, a taxa de permanência no emprego formal estabiliza, registrando 90,2% no quarto trimestre de 2018.

GRÁFICO 18
Ocupação por tipo de vínculo - Taxa de variação interanual
(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 19
Taxa de permanência no emprego formal entre dois trimestres consecutivos
(Em %)

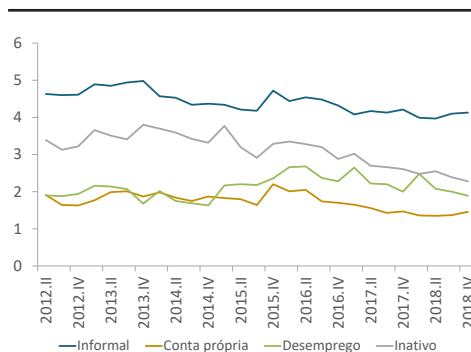


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.



Esse indício de estagnação na taxa de permanência no emprego formal pode ser relacionado a uma inflexão no comportamento do fluxo de trabalhadores que saem do emprego formal e passam para o emprego informal ou para ocupações por conta própria. Ambos os fluxos vinham declinando entre os segundo trimestres de 2016 e 2018, e passaram a registrar aumentos desde então, conforme ilustrado no gráfico 20. No segundo trimestre de 2016, 4,54% dos trabalhadores em empregos formais transitaram para empregos informais e 2,05% para posições por conta própria. No segundo trimestre de 2018, as magnitudes desses fluxos passaram para 3,97% e 1,35% respectivamente; ao passo que no quarto trimestre de 2018 tínhamos 4,13% dos trabalhadores em empregos formais transitando para empregos informais e 1,46% para posições por conta própria.

GRÁFICO 20
Transição de trabalhadores formais
(Em %)

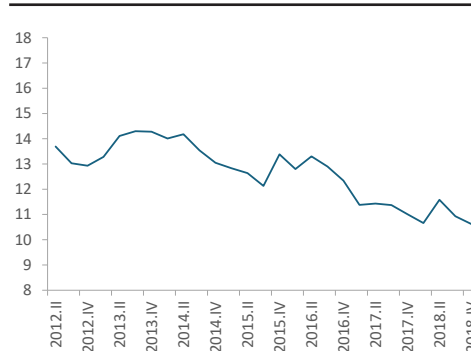


Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Entretanto, o fato positivo ilustrado nesse mesmo gráfico é a manutenção da tendência de queda nos fluxos de saída do emprego formal que tem como destino o desemprego ou a inatividade. Ou seja, do ponto de vista dos fluxos de saída do emprego formal, é o comportamento recente do fluxo para posições associadas à informalidade que vem amortecendo a tendência de melhores perspectivas para o emprego formal que vinha se desenhando até meados de 2018.

O gráfico 21 mostra que algo semelhante ocorre com o fluxo de trabalhadores do emprego informal para o emprego formal. Após certa estabilidade – em torno de 11,5% entre os segundos trimestres de 2017 e 2018 –, a porcentagem de trabalhadores em empregos informais que transitaram para empregos formais passou a registrar queda nos últimos trimestres de 2018, registrando 10,6% no quarto trimestre de 2018.

GRÁFICO 21
Transição do emprego informal para o formal entre
dois trimestres consecutivos
(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

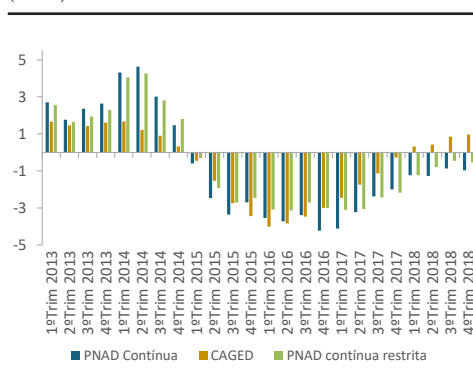
Em suma, os dados da Pnad Contínua indicam que o emprego formal vinha apontando uma trajetória de retrações cada vez menores e de taxas de permanência cada vez maiores até meados de 2018. A partir daí, há uma estagnação nesses indicadores, que pode ser creditada ao comportamento recente do fluxo de trabalhadores que transitam entre o emprego formal e informal. Nos últimos trimestres, o fluxo do emprego formal para o informal apresenta um aumento ainda que de magnitude limitada, e esse movimento

é reforçado por uma diminuição no fluxo de trabalhadores do emprego informal para o formal no mesmo período.



Os dados do Caged fornecem um contraponto interessante para esse quadro. Segundo essa fonte de informação, o crescimento interanual do emprego formal continuou a se recuperar ao longo de 2018, inclusive no quarto trimestre. Outra diferença relativa ao comportamento revelado pela Pnad Contínua, também indicado no gráfico 22, é que as taxas de crescimento interanual do emprego formal pelo Caged registram valores positivos em todos os trimestres de 2018, crescendo de forma monótona: de 0,32% no primeiro trimestre de 2018 para 0,96% no 4º trimestre. Cabe notar que a diferença entre o padrão reportado para a Pnad Contínua e aquele reportado para o Caged persiste mesmo se excluirmos da primeira os dados de servidores públicos e militares do emprego formal (barras verdes). Inclusive, o padrão de estagnação no crescimento interanual do emprego formal nos dois últimos trimestres de 2018 é mantido nessa amostra mais restrita.

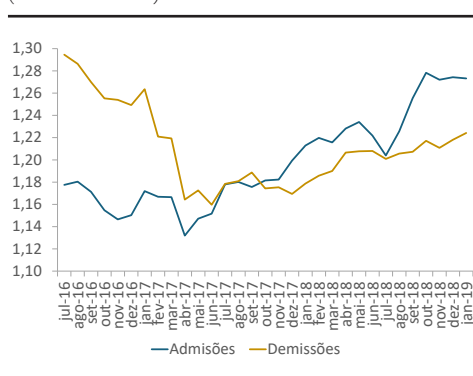
GRÁFICO 22
Empregos formais - Taxa de variação interanual (Em%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e Caged.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Os dados de fluxos de contratação e desligamento do Caged mostram que a expansão da ocupação formal em 2018 vem ocorrendo, sobretudo, pelo aumento do número de contratações que, desde o fim do ano passado, vem superando o contingente de demissões (gráfico 23). No entanto, ao longo dos últimos meses, há certa estagnação das contratações e uma continuidade no avanço dos desligamentos. Dessa forma, o saldo que entre admitidos e desligados que era superior a 60 mil trabalhadores em novembro, passou a ser inferior a 50 mil em janeiro de 2019.

GRÁFICO 23
Caged - Saldos mensais dessazonalizados - média móvel trimestral (Em mil unidades)

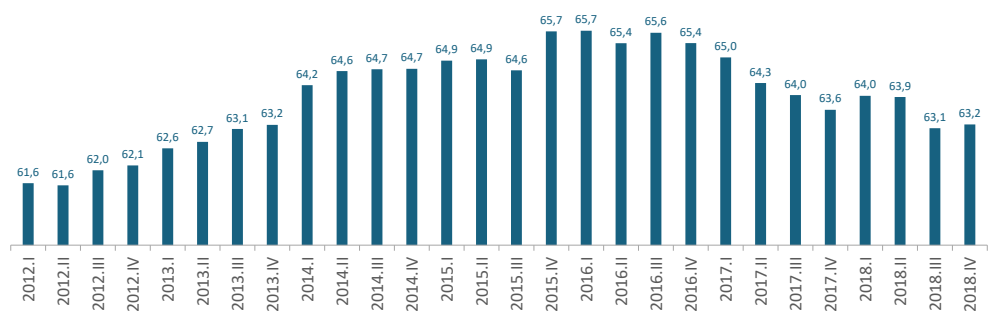


Fonte: Caged.
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Partindo-se da constatação de que o emprego formal, medido pela Pnad Contínua, ainda não mostra sinais de expansão, observa-se que, nos últimos trimestres, a participação de trabalhadores sem carteira e por conta própria que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) voltou a cair, após uma expansão na primeira metade do ano. Com isso, o nível de contribuintes para o INSS continua em um patamar bem inferior aos observados no biênio 2015/2016 (gráfico 24). Na média de 2018, enquanto os empregados com carteira recuaram 2,0%, os trabalhadores sem carteira e os por conta própria que recolhem contribuições à Previdência avançaram 3,2% e 1,4%, respectivamente.

GRÁFICO 24

Percentual de ocupados que contribuem para a previdência social
(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

4 Emprego setorial

A tabela 2 traz uma análise do crescimento interanual da população ocupada por setor de atividade, de forma a auxiliar na compreensão do agregado desse indicador. A tabela é dividida em dois blocos, com segmentos ligados à serviços na parte de baixo, e os agregados dos demais setores na parte de cima.

Todos os setores no bloco superior da tabela registram uma retração na população ocupada no quarto trimestre, ou seja, apresentam um nível de população ocupada menor em 2018 do que aquele registrado em 2017. Essa proliferação de taxas negativas de crescimento interanual na população ocupada de todos esses setores não acontecia desde o primeiro trimestre de 2017. Além disso, as taxas de crescimento interanual registradas no período de 2018 são piores do que as registradas no terceiro trimestre para todos esses setores da parte de cima da tabela.

No caso de setores como indústria, comércio e administração pública, as taxas de crescimento registradas no quarto trimestre de 2018 aprofundam uma trajetória de deterioração desse indicador ao longo de 2018. Já em outros setores, como agricultura e construção, a deterioração do crescimento interanual registrado no quarto trimestre interrompe uma trajetória de recuperação registrada ao longo de 2018.

TABELA 2

PNADC - População ocupada por setores

(Taxa de variação interanual, em %)

	1º Trim-17	2º Trim-17	3º Trim-17	4º Trim-17	1º Trim-18	2º Trim-18	3º Trim-18	4º Trim-18
Agricultura	-8,0	-8,1	-4,4	-5,1	-2,3	-1,8	1,6	-0,1
Indústria de transformação	-2,9	0,8	2,1	4,6	2,0	1,2	0,3	-1,2
Construção civil	-9,5	-9,2	-3,8	-1,9	-4,1	-2,5	-1,2	-1,7
Comércio	-1,3	0,0	2,4	1,2	1,5	-0,1	0,1	-0,5
Administração pública	-3,1	-3,1	-2,9	-5,3	1,6	0,4	-0,1	-0,6
Transporte e Correios	10,3	2,9	2,6	-1,0	2,3	0,6	-0,3	4,3
Alojamento e Alimentação	11,0	12,9	12,0	8,7	5,7	2,6	2,6	2,8
Intermediação financeira, Imobiliária e Serviços à empresas	2,5	1,4	5,1	4,2	1,3	0,9	1,1	2,1
Saúde e Educação	-1,4	-0,4	2,0	2,9	3,8	5,2	4,7	5,5
Outros serviços	2,1	7,8	5,0	8,7	10,4	6,0	8,9	5,4
Serviços domésticos	-2,9	-2,9	0,4	4,2	2,5	1,6	0,8	-2,1

Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De acordo com o bloco inferior da tabela 2, verifica-se que, à exceção dos serviços domésticos, todos os demais segmentos do setor de serviços registram taxas de crescimento interanual positivas para a população ocupada no quarto trimestre de 2018. Vale destacar os subgrupos transporte e correios; saúde e educação; e serviços pessoais e outros; com altas de 4,3%, 5,5% e 5,4%, respectivamente.

Na tabela 3, detalhamos o crescimento interanual da população ocupada de cada setor no quarto trimestre de 2018 por tipo de vínculo. Dos treze setores da economia expostos nessa tabela, apenas três deles – agricultura; administração pública; e serviços de educação e saúde – apresentaram expansão do emprego com carteira no quarto trimestre de 2018. Em contrapartida, tanto a ocupação por conta própria como o emprego sem carteira registraram retração apenas em três setores. De forma complementar, vale destacar que as taxas de crescimento positivas para o emprego formal registradas em três setores no quarto trimestre de 2018 são todas inferiores a 3%. No entanto, os setores de transporte e correios; e saúde e educação registram crescimento de 14,1% e 21,9% entre os ocupados por conta própria; e 9,9% e 9,2% para o emprego sem carteira. Em suma, entre os setores, o crescimento da população ocupada é bem menos frequente e bem menos intenso para vínculos empregatícios formais.

TABELA 3

Ocupação por setor de atividade e posição na ocupação - PNADC 4º trimestre de 2018

(Taxa de variação interanual, em %)

	Taxa de variação interanual (%)		
	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria
TOTAL	-0,5	1,8	2,8
Agricultura	1,6	1,1	-2,2
Indústria Transformação	-1,5	-4,8	3,4
Indústria Extrativa	-7,3	6,3	-13,1
SIUP	-2,2	-8,8	21,8
Construção Civil	-4,2	-1,1	-1,0
Comércio	-0,7	0,1	-0,9
Ind. Fin, Imobiliária e Serv à empresas	-0,3	9,4	5,2
Transporte e correios	-3,0	9,9	14,1
Serviços Pessoais	-6,1	7,6	7,6
Adm Pública	0,9	-5,8	---
Saúde e Educação	2,9	9,2	21,9
Alojamento e Alimentação	-1,4	8,8	1,6
Serviços Domésticos	-5,0	-1,0	---

Fonte: IBGE/Pnadc.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Crescimento recente da ocupação nos setores de transporte e correios; e saúde e educação

Vimos ao longo do texto que dois segmentos do setor de serviços se destacam por apresentarem uma expansão da população ocupada impulsionada por forte elevação do emprego informal e das ocupações por conta própria. São eles: transporte e correios; e saúde e educação. Neste box, apresenta-se uma descrição mais detalhada desses segmentos de acordo com os subsetores ilustrados nas linhas da tabela 4.

No segmento transporte e correios, o emprego informal registra uma forte aceleração no subsetor transporte terrestre. Nesse mesmo setor, a ocupação por conta própria expande fortemente no subsetor correios e outras atividades de entrega. O subsetor de transporte terrestre também apresenta um crescimento

considerável da ocupação por conta própria. É possível que os resultados de ambos os subsetores destacados tenham sido afetados pelo crescimento dos serviços providos por aplicativos de celular de transporte de pessoas por carro particular e de entregas por meio de motocicletas.

TABELA 4

Ocupação setores selecionados - PNADC 4º trimestre de 2018

(Taxa de variação interanual, em %)

	Com Carteira ¹	Sem Carteira ²	Conta Própria
Transporte - Total	-2,97	9,87	14,07
Transporte terrestre	-2,48	17,76	12,89
Transporte aquaviário	4,05	9,08	8,88
Transporte aéreo	-10,24	-76,94	-
Armazenamento e atividades auxiliares de transporte	-5,19	-11,48	-10,33
Correios e outras atividades de entrega	-2,24	-34,55	104,20
Saúde e Educação	2,93	9,19	21,89
Educação	4,34	7,08	31,25
Atividades de atenção à saúde humana (AASH)	1,33	17,55	21,08
AASH integradas com assistência social ¹	-5,16	-25,30	-21,81
Serviços de assistência social em alojamentos	-25,23	3,58	-

Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota¹: Empregados com carteira, estatutários e militares.

Nota²: Empregados sem carteira e trabalhadores não remunerados.

Nota³: Inclui atividades prestadas em residências coletivas e particulares.

Em saúde e educação, tanto o emprego informal como a ocupação por conta própria apresentam altas taxas de crescimento para o subsetor atividades de atenção à saúde humana. Em particular, a ocupação por conta própria também registra um crescimento considerável no subsetor de educação.

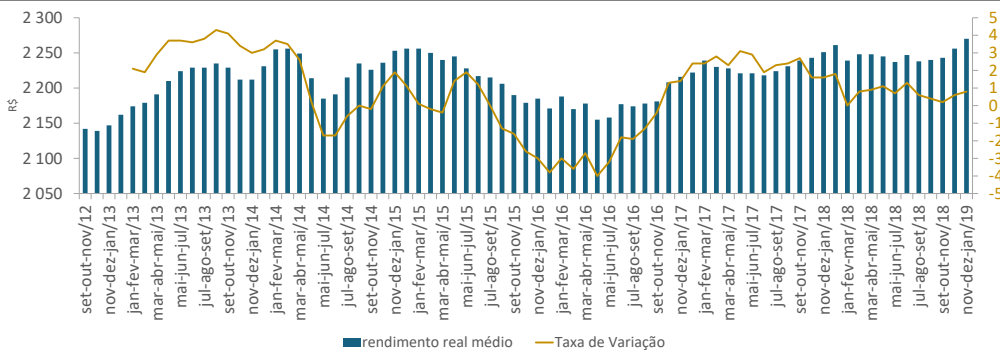
5 Rendimentos

Os rendimentos reais médios mantiveram uma trajetória ascendente ao longo do ano de 2018. De acordo com os dados da Pnad Contínua, no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2019, o rendimento médio real habitualmente recebido registrou alta de 0,8% na comparação com o trimestre encerrado em janeiro de 2018, tendo atingido o valor de R\$ 2.270, como mostra o gráfico 25.

Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da Pnad Contínua revelam que apenas o setor privado com carteira (-2,0%) apresentou queda real de rendimentos no último trimestre móvel encerrado em janeiro (gráfico 26). O destaque positivo ficou por conta do setor privado sem carteira (exclusive trabalhadores domésticos), cujos rendimentos apontaram elevação de 9,7%. Boa parte desse aumento mais expressivo é explicado pela crescente desigualdade entre os trabalhadores sem carteira (ver gráfico 27). Por exemplo, quando a renda média é calculada apenas com os empregados sem carteira que recebem menos de 20 mil reais, o crescimento interanual do rendimento médio no quarto trimestre de 2018 foi de somente 2,4%. Em relação aos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, nota-se que apresentaram um crescimento de 2,1% no último trimestre móvel, revertendo a tendência de queda do trimestre anterior.

GRÁFICO 25

PNADC - Rendimento médio real
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)

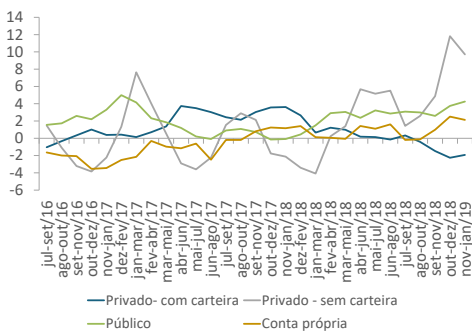


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 26

PNADC - Rendimento médio real - Por tipo de vínculo
(Taxa de variação interanual, em %)

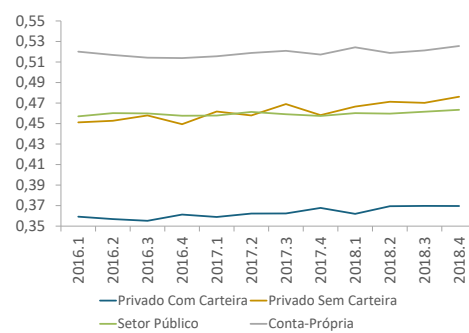


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 27

Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos - por tipo de vínculo
(Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que, de uma maneira geral, todos os segmentos apontam alta de rendimentos reais, exceto no caso do detalhamento por grau de instrução (tabela 5). Em termos regionais, no quarto trimestre de 2018, as maiores expansões ocorreram no Nordeste e no Sudeste, com taxas de 1,4% e 2,1%, respectivamente. Destaque negativo foi a região Norte, com queda de 2,2%. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres apresentou variação superior à registrada pelos homens pelo segundo trimestre consecutivo.

O detalhamento por idade e grau de instrução indica que, pelo quarto trimestre consecutivo, os trabalhadores mais jovens e com ensino fundamental incompleto registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os empregados com ensino médio completo apresentaram ganhos reais no último trimestre de 2018. Em relação à idade, destaca-se ainda o excelente resultado dos rendimentos dos ocupados com mais de 60 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 2,3%, seguida em menor intensidade pelos trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos, cujos salários

aumentaram em 1,92%, mantendo assim a tendência do trimestre anterior. Por fim, as estatísticas da Pnad Contínua mostram que os chefes de família e os empregados nas regiões metropolitanas obtiveram, no quarto trimestre de 2018, ganhos reais da ordem de 1,4% e 2,1%, respectivamente.

TABELA 5
PNAD Contínua: rendimento médio real por dados desagregados
(Taxa de variação interanual – em %)

	2017				2018			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Centro-oeste	2,5	2,4	1,4	3,5	2,7	1,0	0,6	0,6
Nordeste	3,6	4,6	3,5	4,2	1,6	1,6	3,2	1,4
Norte	2,6	1,8	4,8	5,6	3,0	1,0	0,0	-2,2
Sudeste	-1,0	0,0	0,1	0,0	0,2	3,0	1,7	2,1
Sul	4,3	3,9	2,2	1,5	0,3	0,6	0,1	1,3
Masculino	1,1	2,5	2,2	2,6	1,7	2,6	1,0	1,0
Feminino	2,6	1,7	0,9	0,2	-0,4	1,5	2,3	2,5
18 a 24 anos	1,7	0,1	1,4	0,5	-1,2	-1,1	-2,7	-1,9
25 a 39 anos	1,2	1,7	0,9	1,2	1,0	1,1	2,2	1,9
40 a 59 anos	0,8	2,0	2,1	2,1	0,7	2,4	0,2	0,7
60 anos ou mais	2,0	3,4	0,4	0,1	0,9	2,5	4,0	2,3
Não Chefe de Família	4,9	4,4	3,4	2,0	-0,6	2,0	1,1	1,5
Chefe de Família	-0,6	0,7	0,6	1,7	2,2	2,3	1,7	1,4
Fundamental incompleto	1,9	3,0	1,7	1,2	0,6	-0,9	-1,2	-2,1
Fundamental completo	-0,9	0,6	-0,5	-0,1	-0,3	-1,5	-1,2	-0,4
Médio incompleto	3,6	2,4	3,8	5,0	3,2	0,7	0,2	-1,8
Médio completo	0,3	-1,0	-2,3	-1,5	-1,5	0,0	0,2	0,3
Superior	-0,9	0,5	0,1	0,9	-1,1	0,3	-0,3	-1,0
Região Metropolitana	0,7	1,2	1,0	1,6	0,9	2,9	2,5	2,1
Não Região metropolitana	2,0	3,0	2,1	1,6	0,9	1,1	0,2	0,7

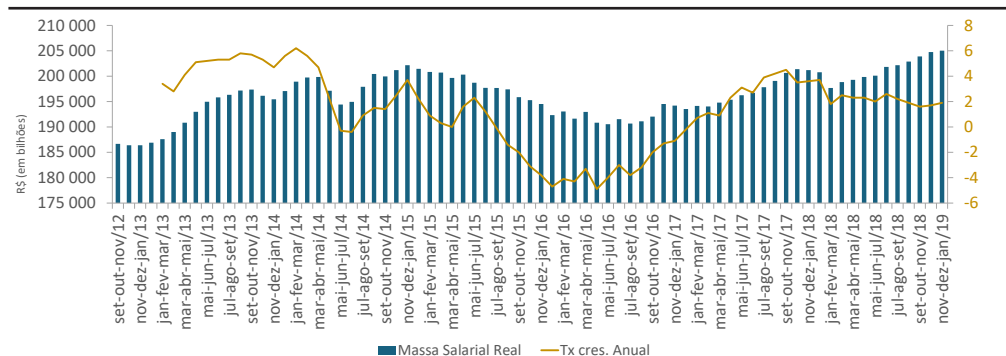
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro desse contexto, o aumento dos rendimentos reais, conjugado à elevação da população ocupada, vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real. Na comparação interanual, os dados apontam que no último trimestre móvel, encerrado em janeiro, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra alta de 1,9% (gráfico 28). De forma similar ao corrido com os rendimentos reais, a taxa de variação da massa salarial também vem sendo amenizada pela saída da amostra de um indivíduo que reportava um valor *outlier*,² de tal modo que, com a exclusão deste entrevistado, a expansão da massa, no quarto trimestre de 2018, avança de 1,7% para 2,6%. Cabe ressaltar que a massa salarial tem sido sustentada pelos trabalhadores informais. Enquanto o crescimento da massa salarial interanual no quarto trimestre de 2018 subiu 10,7% para os trabalhadores sem carteira e 5,7% para os trabalhadores por conta própria, a massa salarial dos trabalhadores formais (com carteira e funcionários públicos) caiu 0,3%.

² Trata-se de um empregador em São Paulo, conforme mostrado em edições anteriores da Carta de Conjuntura, à época dos primeiros dados divulgados contemplando esse indivíduo na amostra.

GRÁFICO 28

PNADC - Massa salarial habitualmente recebida
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda.

A tabela 6 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pnad Contínua. A tabela apresenta também as faixas de renda a preços de novembro de 2018, período de referência do último trimestre disponível da Pnad Contínua.

TABELA 6

Renda mensal domiciliar - por faixa
(Em R\$)

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ nov/2018)
Renda muito baixa	menor que R\$ 900,00	menor que R\$ 1.601,18
Renda baixa	entre R\$ 900,00 e R\$ 1.350,00	entre R\$ 1.601,18 e R\$ 2.396,57
Renda média-baixa	entre R\$ 1.350,00 e R\$ 2.250,00	entre R\$ 2.396,57 e R\$ 4.002,96
Renda média	entre R\$ 2.250,00 e R\$ 4.500,00	entre R\$ 4.002,96 e R\$ 7.948,68
Renda média-alta	entre R\$ 4.500,00 e R\$ 9.000,00	entre R\$ 7.948,68 e R\$ 16.011,84
Renda alta	maior que R\$ 9.000,00	maior que R\$ 16.011,84

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 7 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os últimos trimestres de 2013, 2015, 2017 e 2018. Destaca-se um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho e dos domicílios de renda do trabalho muito baixa.

TABELA 7
Proporção de domicílios por faixa de renda proveniente do trabalho
 (Em %)

Faixa de renda	4º tri 2013	4º tri 2015	4º tri 2017	4º tri 2018
Sem renda do trabalho	18,6	19,9	21,5	22,2
Renda muito baixa	27,5	28,4	29,8	30,1
Renda baixa	14,2	15	12,1	11,4
Renda média-baixa	17,3	16	16,5	17,7
Renda média	14,6	13,6	13,2	12,3
Renda média-alta	5,5	5	4,9	4,5
Renda alta	2,2	2,3	2	2,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 8 mostra-se o crescimento anual da renda domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Se, ao longo de 2016, as faixas de renda intermediárias (faixas 3, 4 e 5) apresentaram um desempenho mais positivo, desde 2017, foram justamente essas faixas que mostraram pior evolução do crescimento da renda, particularmente as faixas de renda média-baixa e renda média (3 e 4). Entretanto, nos últimos dois anos, foi a faixa de renda alta que apresentou os maiores aumentos da renda, o que evidencia o aumento da desigualdade mostrado no gráfico 29.

TABELA 8
Rendimento médio real domiciliar por faixa de renda
 (Taxa de variação interanual – em % *)

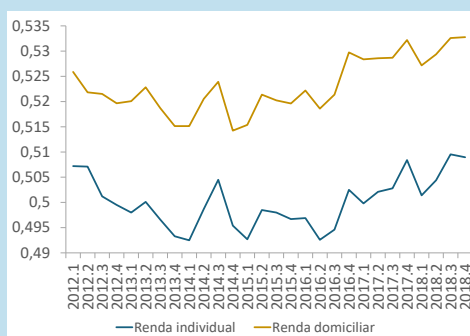
	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
2016.1	-3,78	0,35	0,5	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	-1,72
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-4,03
2017.2	4,68	2,5	-0,73	-0,8	1,77	5,12
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,4	1,87	8,92
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,64
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	7,05
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	0,65
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3	1,76
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	0,82

* Deflacionado pelo Indicador Ipea de inflação por faixa de renda
 Fonte: PNAD Contínua/IBGE
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico revela a elevação do índice de Gini de forma acentuada desde 2016, tendo a desigualdade dos rendimentos do trabalho sido mais intensa quando considerada a renda domiciliar. Comparado ao menor valor observado pela Pnad

Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu, variando de cerca de 0,514 no quarto trimestre de 2014 para 0,533 no mesmo trimestre de 2018. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. De forma mais concreta, o aumento da desigualdade pode ser medido pela proporção das rendas, enquanto que no quarto trimestre de 2014 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta era 27,8 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, no último trimestre observado, a renda domiciliar da faixa mais alta era 30,3 vezes maior.

GRÁFICO 29
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos
(Índice de Gini)¹



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Nota: ¹ Deflacionado pelo Indicador Ipea por faixa de renda.



Apêndice

TABELA A1.a

Taxa de desocupação
(Em %)

UF	4°	1°	2°	3°	4°	1° T.	2° T. 2016	3°	4°
	T. 2014	T. 2015	T. 2015	T. 2015	T. 2015	T. 2016		T. 2016	T. 2016
Rondônia	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82
Acre	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67
Amazonas	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83
Roraima	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22
Pará	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67
Amapá	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75
Tocantins	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07
Maranhão	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95
Piauí	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83
Ceará	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41
Rio Grande do Norte	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67
Paraíba	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94
Pernambuco	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61
Alagoas	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75
Sergipe	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97
Bahia	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64
Minas Gerais	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11
Espírito Santo	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6
Rio de Janeiro	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44
São Paulo	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41
Paraná	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	8,05
Santa Catarina	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16
Rio Grande do Sul	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25
Mato Grosso do Sul	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16
Mato Grosso	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49
Goiás	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2
Distrito Federal	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87

Fonte: IBGE/PNADC.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A1.b

Taxa de desocupação

(Em %)

UF	1° T. 2017	2° T. 2017	3° T. 2017	4° T. 2017	1° T. 2018	2° T. 2018	3° T. 2018	4° T. 2018
Rondônia	8,04	8,93	8,07	7,65	10,38	8,16	8,58	8,94
Acre	15,9	14,91	13,54	12,19	14,44	13,55	13,1	13,13
Amazonas	17,71	15,47	16	13,48	13,89	14,18	13,1	14,38
Roraima	10,34	10,84	8,91	9,35	10,31	11,22	13,48	14,02
Pará	13,81	11,39	11,12	10,65	12,18	11,18	10,9	10,18
Amapá	18,48	17,1	16,56	18,76	21,47	21,27	18,29	19,64
Tocantins	12,61	11,71	11,82	10,47	11,03	11,32	9,75	10,39
Maranhão	14,97	14,61	14,38	13,29	15,61	14,33	13,75	14,06
Piauí	12,58	13,52	12,03	13,28	13,17	13,33	12,31	12,26
Ceará	14,25	13,24	11,77	11,05	12,85	11,71	10,64	10,08
Rio Grande do Norte	16,33	15,62	13,7	12,25	14,91	13,14	12,78	13,4
Paraíba	13,21	11,43	10,78	10,05	11,73	10,95	10,75	10,97
Pernambuco	17,1	18,85	17,9	16,84	17,74	16,89	16,72	15,45
Alagoas	17,5	17,82	15,87	15,51	17,7	17,31	17,08	15,91
Sergipe	16,08	14,08	13,6	13,44	17,09	16,83	17,49	14,98
Bahia	18,56	17,48	16,69	14,99	17,94	16,51	16,16	17,38
Minas Gerais	13,67	12,17	12,28	10,64	12,62	10,79	9,73	9,65
Espírito Santo	14,45	13,35	12,99	11,6	12,52	12,03	11,23	10,18
Rio de Janeiro	14,51	15,65	14,48	15,07	15,04	15,37	14,58	14,81
São Paulo	14,23	13,5	13,24	12,71	13,95	13,64	13,09	12,42
Paraná	10,33	8,91	8,46	8,27	9,6	9,06	8,61	7,81
Santa Catarina	7,87	7,51	6,74	6,35	6,52	6,48	6,18	6,36
Rio Grande do Sul	9,14	8,42	8,05	7,98	8,51	8,32	8,17	7,43
Mato Grosso do Sul	9,78	8,86	7,91	7,3	8,45	7,55	7,19	6,98
Mato Grosso	10,47	8,62	9,38	7,33	9,28	8,51	6,72	6,89
Goiás	12,69	11,03	9,25	9,36	10,25	9,47	8,92	8,19
Distrito Federal	14,12	13,15	12,33	13,24	14,01	12,21	12,64	12,07

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A2.a

PNADC – Indicadores do Mercado de Trabalho

(Taxa de variação interanual, em %)

	PO								PEA											
	2016		2017				2018				2016		2017				2018			
	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.		
Brasil	-2,10	-1,90	-0,60	1,60	2,00	1,80	1,10	1,50	1,00	1,30	1,40	1,30	2,40	1,80	1,10	0,50	0,80	0,70		
Centro-Oeste	-0,38	-0,12	1,17	4,03	3,21	3,92	2,70	2,26	3,23	3,53	2,59	2,20	3,64	1,50	2,12	1,44	1,44	2,24		
Nordeste	-5,49	-4,91	-3,89	-0,16	1,33	0,89	0,59	1,49	-0,09	-1,17	-0,99	-0,87	0,69	0,70	0,47	-0,60	0,98	0,54		
Norte	-3,51	-4,18	-0,77	1,92	4,17	3,67	1,47	2,17	0,97	1,00	-0,02	0,64	2,81	2,54	1,92	1,03	1,40	1,36		
Sudeste	-0,66	-0,49	0,33	2,05	2,05	2,16	1,64	1,86	1,31	2,46	2,73	2,50	3,17	2,37	1,70	1,21	0,99	0,73		
Sul	-1,35	-0,80	0,83	1,75	1,47	0,40	-0,61	-0,50	0,42	0,78	1,32	1,22	1,75	1,47	-0,53	-0,86	-0,54	0,02		
Masculino	-2,63	-2,73	-1,57	0,43	0,93	1,05	0,46	1,17	0,57	0,59	0,22	0,24	1,06	0,71	0,43	-0,09	0,56	0,13		
Feminino	-1,51	-0,70	0,65	3,22	3,53	2,88	1,96	1,82	1,49	2,15	2,87	2,68	4,03	3,12	1,98	1,16	1,15	1,52		
De 14 a 24 anos	-8,77	-5,08	-2,29	2,17	2,98	1,27	-1,52	-0,19	-1,96	0,06	1,66	1,60	3,48	2,04	0,04	-2,50	-1,50	-1,96		
De 25 a 39 anos	-1,36	-2,16	-1,09	0,12	0,40	0,89	-0,01	0,28	-0,14	1,66	1,11	0,78	0,63	-0,05	-0,12	-0,66	-0,01	-0,24		
De 40 a 59 anos	-1,24	-0,80	-0,32	1,57	2,37	1,82	1,89	1,94	2,08	0,96	1,42	1,15	2,31	2,38	1,67	1,71	1,41	2,00		
Mais de 59 anos	3,14	0,43	3,69	9,07	7,11	8,02	7,82	7,87	6,28	4,10	1,80	4,49	9,80	8,01	7,98	7,72	8,07	6,02		
Não Chefe Família	-1,33	-0,45	0,67	3,38	-89,64	2,69	1,39	1,48	0,38	3,04	3,28	2,85	4,04	2,75	1,56	0,35	0,58	0,32		
Chefe Família	-3,04	-3,38	-2,01	-0,28	0,37	0,90	0,80	1,42	1,63	-0,81	-0,88	-0,54	0,35	0,57	0,56	0,60	1,12	1,28		
Fundamental incompleto	-8,83	-7,40	-6,10	-2,71	-0,91	-1,10	-2,95	-2,54	-4,64	-5,32	-4,00	-3,67	-1,70	-1,33	-1,36	-3,59	-3,03	-4,48		
Fundamental completo	-7,74	-9,13	-	-7,01	-7,44	-8,82	-2,92	-3,83	-5,17	-3,96	-5,29	-	-5,45	-7,23	-9,20	-4,36	-5,25	-5,21		
Médio incompleto	3,74	4,31	13,79	13,98	12,95	10,15	-0,25	0,77	0,93	11,47	9,52	15,56	13,32	10,63	7,12	-1,17	0,65	0,02		
Médio completo	0,22	0,77	1,55	1,23	-89,56	1,94	1,36	2,78	0,20	3,81	4,17	3,64	2,13	1,75	1,10	0,70	1,94	2,31		
Superior	4,59	3,19	4,74	7,85	6,60	7,13	7,20	6,14	7,31	6,16	4,96	5,39	7,91	6,84	6,55	7,31	6,04	6,98		
Região Metropolitana	-3,01	-2,91	-0,98	1,48	2,36	2,03	1,01	1,53	0,63	-0,23	0,16	0,50	2,22	1,68	0,91	0,11	0,63	0,55		
Não Região Metropolitana	-0,97	-0,45	-0,13	1,83	1,63	1,58	1,24	1,35	1,44	3,30	3,00	2,37	2,54	1,88	1,38	0,93	1,06	1,00		

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A2.b

PNADC – Indicadores do Mercado de Trabalho

(Taxa de variação interanual, em %)

	PIA									Taxa de participação								
	2016		2017			2018				2016		2017			2018			
	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.
Brasil	1,30	1,20	1,10	1,30	1,10	1,00	1,00	0,90	0,90	61,40	61,60	61,70	61,80	61,80	61,60	61,40	61,70	61,70
Centro-Oeste	5,39	3,98	3,34	5,54	2,30	3,25	2,21	2,19	3,40	65,61	65,18	65,70	65,70	65,10	65,09	65,37	65,68	65,88
Nordeste	-2,13	-1,81	-1,60	1,26	1,27	0,86	-1,11	1,79	0,99	55,03	54,71	54,76	54,70	54,89	54,62	53,92	54,78	54,79
Norte	1,65	-0,04	1,06	4,67	4,20	3,22	1,74	2,34	2,27	60,53	59,95	60,30	60,20	60,40	59,61	59,38	59,72	60,02
Sudeste	3,85	4,24	3,87	4,87	3,65	2,62	1,86	1,51	1,12	63,81	64,44	64,61	64,93	64,78	65,04	64,95	65,08	64,74
Sul	1,22	2,04	1,88	2,72	2,28	-0,82	-1,35	-0,85	0,03	64,32	64,78	64,62	64,53	64,65	64,04	63,56	63,76	64,13
Masculino	0,82	0,30	0,33	1,47	0,98	0,60	-0,12	0,78	0,18	72,03	71,99	71,93	72,03	72,01	71,92	71,44	71,81	71,52
Feminino	4,16	5,52	5,12	7,69	5,96	3,77	2,22	2,19	2,88	51,64	52,00	52,33	52,46	52,46	52,33	52,20	52,53	52,74
De 14 a 24 anos	0,13	3,28	3,14	6,82	4,01	0,07	-4,95	-2,93	-3,84	49,71	50,69	50,76	50,94	50,95	51,45	50,61	51,21	51,09
De 25 a 39 anos	2,03	1,35	0,95	0,76	-0,06	-0,15	-0,80	-0,01	-0,29	81,94	81,98	82,31	82,32	82,38	82,09	82,02	82,46	82,48
De 40 a 59 anos	1,32	1,96	1,58	3,17	3,26	2,29	2,35	1,93	2,72	72,73	72,60	72,77	73,04	73,08	72,79	72,80	73,29	73,50
Mais de 59 anos	18,03	7,96	19,53	41,96	34,02	34,19	33,00	33,87	25,48	22,75	22,68	22,97	23,35	23,53	23,33	23,39	23,82	23,64
Não Chefe Família	5,29	5,66	4,89	6,89	4,70	2,66	0,60	0,99	0,54	57,53	57,98	58,33	58,55	58,61	58,67	58,33	58,79	58,64
Chefe Família	-1,21	-1,32	-0,81	0,52	0,86	0,86	0,92	1,70	1,95	66,82	66,59	66,42	66,36	66,19	65,79	65,53	65,76	65,56
Fundamental incompleto	-11,88	-8,84	-8,11	-3,79	-2,96	-3,02	-8,14	-6,89	-10,28	44,82	45,32	45,28	44,84	44,79	45,01	44,09	44,06	43,56
Fundamental completo	-6,79	-9,24	-17,86	-9,45	-12,58	-16,32	-7,70	-9,21	-9,11	58,27	57,21	56,82	57,69	57,46	56,41	56,60	57,04	57,22
Médio incompleto	20,76	17,66	27,73	23,31	18,31	12,67	-2,09	1,13	0,03	55,25	53,89	56,10	57,14	58,09	56,16	56,15	57,77	57,99
Médio completo	5,04	5,54	4,83	2,82	2,32	1,48	0,93	2,57	3,07	75,63	75,25	75,50	75,56	75,35	74,58	74,73	75,25	75,27
Superior	7,66	6,20	6,73	9,85	8,54	8,22	9,18	7,57	8,75	80,43	80,02	80,11	80,28	80,09	79,63	79,70	79,72	79,76
Região Metropolitana	-0,39	0,26	0,85	3,72	2,82	1,53	0,18	1,07	0,92	59,33	59,46	59,59	59,65	59,65	59,49	59,08	59,52	59,50
Não Região Metropolitana	5,13	4,64	3,66	3,92	2,90	2,13	1,44	1,64	1,55	64,28	64,51	64,64	64,82	64,74	64,69	64,55	64,81	64,74

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A3

Renda média individual por faixa de renda – deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda

(Em R\$ de novembro de 2018)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
2012.1	781,10	1.226,10	1.559,90	2.470,50	4.876,50	12.435,70
2012.2	780,50	1.236,70	1.571,30	2.473,30	4.945,70	12.163,30
2012.3	785,10	1.224,30	1.562,70	2.465,90	4.890,20	12.563,50
2012.4	787,60	1.213,00	1.571,20	2.483,00	4.942,40	12.525,20
2013.1	793,00	1.240,80	1.600,20	2.500,70	4.997,80	12.687,30
2013.2	792,40	1.248,20	1.602,40	2.479,40	4.950,60	12.960,70
2013.3	799,40	1.241,60	1.605,10	2.474,40	4.905,40	12.579,50
2013.4	786,90	1.237,20	1.611,60	2.493,90	4.869,90	12.210,60
2014.1	851,50	1.265,10	1.699,80	2.543,40	5.057,20	12.661,50
2014.2	807,40	1.251,00	1.685,20	2.515,10	5.017,90	12.758,70
2014.3	785,90	1.249,80	1.670,20	2.516,50	4.977,70	12.802,40
2014.4	812,50	1.250,00	1.657,50	2.534,40	5.040,80	12.580,90
2015.1	819,00	1.254,50	1.663,60	2.529,10	5.056,90	12.890,40
2015.2	809,70	1.213,20	1.650,00	2.544,10	5.091,40	13.434,80
2015.3	799,40	1.304,60	1.604,00	2.543,10	5.093,90	13.155,00
2015.4	773,20	1.280,60	1.586,60	2.511,30	5.024,40	12.987,60
2016.1	780,20	1.276,90	1.629,90	2.563,80	5.181,80	13.041,60
2016.2	767,50	1.266,40	1.615,90	2.551,50	5.185,40	12.679,80
2016.3	764,60	1.266,90	1.629,50	2.527,20	5.164,70	12.658,00
2016.4	760,80	1.268,50	1.630,30	2.551,50	5.099,80	12.737,80
2017.1	774,60	1.295,60	1.627,10	2.552,50	5.103,80	12.824,60
2017.2	812,20	1.252,10	1.612,80	2.543,00	5.330,70	13.285,60
2017.3	811,80	1.243,00	1.616,20	2.534,40	5.275,80	13.327,20
2017.4	804,90	1.240,30	1.611,80	2.533,70	5.274,20	13.543,40
2018.1	811,40	1.269,20	1.627,90	2.557,10	5.238,70	13.223,00
2018.2	804,10	1.266,70	1.631,60	2.560,50	5.310,60	13.307,00
2018.3	787,80	1.241,60	1.606,40	2.547,60	5.204,70	13.729,20
2018.4	801,00	1.238,30	1.678,60	2.646,90	5.268,40	13.691,80

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A4

Renda média domiciliar por faixa de renda – deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda
(Em R\$ de novembro de 2018)



Renda média domiciliar por faixa de renda						
Trimestre	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
2012.1	928,10	2.008,20	3.112,20	5.450,20	10.757,70	26.658,90
2012.2	923,70	2.008,40	3.129,60	5.457,00	10.772,10	26.444,70
2012.3	923,20	1.987,50	3.104,20	5.439,10	10.715,20	27.142,10
2012.4	927,00	1.979,40	3.076,30	5.418,00	10.831,60	27.141,70
2013.1	925,70	1.985,60	3.102,50	5.400,00	10.766,30	26.924,70
2013.2	923,20	1.979,20	3.091,60	5.385,40	10.715,80	27.675,20
2013.3	929,80	1.966,90	3.077,80	5.356,50	10.680,90	26.638,50
2013.4	917,40	1.945,30	3.061,20	5.371,50	10.647,10	25.995,00
2014.1	982,00	2.038,70	3.173,20	5.613,70	11.074,20	26.915,40
2014.2	944,30	2.012,50	3.133,10	5.541,80	10.939,20	27.133,70
2014.3	928,10	1.999,80	3.116,50	5.516,80	10.890,70	26.783,80
2014.4	946,30	1.981,00	3.099,30	5.515,10	10.887,30	26.281,10
2015.1	941,90	1.956,70	3.073,30	5.470,50	10.703,90	26.606,40
2015.2	931,70	1.950,60	3.036,70	5.450,50	10.827,60	27.346,60
2015.3	926,60	2.001,60	3.111,80	5.402,70	10.729,90	26.790,70
2015.4	902,80	1.966,10	3.073,40	5.358,50	10.622,30	26.608,20
2016.1	906,30	1.963,60	3.088,70	5.455,10	10.803,00	26.923,60
2016.2	896,60	1.940,10	3.071,10	5.432,40	10.788,00	26.286,30
2016.3	885,40	1.936,70	3.078,90	5.390,00	10.741,50	25.458,00
2016.4	882,70	1.935,50	3.082,20	5.419,50	10.694,30	26.150,30
2017.1	889,30	1.933,70	3.062,80	5.382,90	10.620,60	25.839,70
2017.2	938,50	1.988,60	3.048,80	5.388,80	10.978,60	27.633,40
2017.3	937,50	1.993,20	3.050,00	5.368,60	10.942,50	27.729,70
2017.4	934,90	1.979,30	3.054,70	5.386,60	10.891,60	28.147,40
2018.1	936,70	1.997,90	3.061,10	5.361,70	10.762,90	27.661,60
2018.2	935,50	1.990,30	3.066,70	5.390,90	10.767,20	27.812,10
2018.3	919,40	1.965,90	3.039,20	5.356,30	10.614,50	28.216,40
2018.4	937,50	1.988,20	3.119,70	5.652,80	11.143,90	28.377,90

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



Grupo de Conjuntura

Equipe Técnica:

Christian Vonbun
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Vinicius dos Santos Cerqueira
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter
Augusto Lopes dos Santos Borges
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Janine Pessanha de Carvalho
Leonardo Simão Lago Alvite
Matheus Rabelo de Souza
Monyk Brites Alves Cardoso
Pedro Mendes Garcia
Renata Santos de Mello Franco
Victor Henrique Farias Mamede

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.